



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

**A SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

**ASSUNTO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL - SEGUNDA ALTERAÇÃO
AO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 18/2004/A, DE 13 DE MAIO, QUE
ADAPTA À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES OS DECRETOS-LEIS N.ºs 550/99,
DE 15 DE DEZEMBRO, E 554/99, DE 16 DE DEZEMBRO, QUE, RESPETIVAMENTE,
ESTABELECEM O REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE INSPEÇÃO TÉCNICA
DE VEÍCULOS A MOTOR E SEUS REBOQUES E O REGIME JURÍDICO DAS
INSPEÇÕES TÉCNICAS DE AUTOMÓVEIS LIGEIROS, PESADOS E REBOQUES.**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista e a Representação Parlamentar do PAN, entregam à mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Vossa Excelência, para efeitos de admissão, o Projeto de Decreto Legislativo Regional acima identificado.

O Projeto obedece aos requisitos formais de apresentação previstos no artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Solicita-se, ainda, ao abrigo dos artigos 146.º e 147.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a declaração da urgência do Projeto em epígrafe, considerando a clareza de objetivos da iniciativa, a sua natureza, oportunidade e o seu próprio objeto.

Os signatários do Projeto, para efeitos de comunicação da decisão de admissão ou rejeição, são os mesmos que subscrevem o presente ofício.

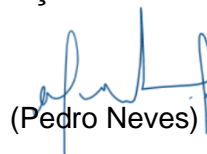
Horta, 16 de outubro de 2024

Com os melhores cumprimentos,

Grupo Parlamentar do PS/A,


(Andreia Cardoso)

Representação Parlamentar do PAN,


(Pedro Neves)



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Carlos Silva

(Carlos Silva)

José Eduardo

(José Eduardo)

Marta Matos

(Marta Matos)

Joana Pombo Tavares

(Joana Pombo Tavares)



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 18/2004/A, DE 13 DE MAIO, QUE ADAPTA À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES OS DECRETOS-LEIS N.ºs 550/99, DE 15 DE DEZEMBRO, E 554/99, DE 16 DE DEZEMBRO, QUE, RESPETIVAMENTE, ESTABELECEM O REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE INSPEÇÃO TÉCNICA DE VEÍCULOS A MOTOR E SEUS REBOQUES E O REGIME JURÍDICO DAS INSPEÇÕES TÉCNICAS DE AUTOMÓVEIS LIGEIROS, PESADOS E REBOQUES

O Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, na redação que foi conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 40/2006/A, de 31 de outubro, estabeleceu a obrigatoriedade de inspeção periódica dos motociclos, independentemente da respetiva cilindrada, quatro anos após a data da primeira matrícula e, em seguida, anualmente.

Através do Decreto-Lei n.º 29/2023, de 5 de maio, procedeu-se à adequação do Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, na sua redação atual, à Diretiva 2014/45/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, bem como à transposição da Diretiva Delegada (UE) 2021/1717, da Comissão, de 9 de julho de 2021, no que diz respeito à atualização de determinadas designações de categorias de veículos, sujeitando a inspeção os motociclos, triciclos e quadriciclos, equipados com um motor de combustão com uma cilindrada superior a 125 cm³, com uma periodicidade de cinco anos após a data da primeira matrícula e, em seguida, de dois em dois anos.

Tal obrigatoriedade, inicialmente prevista para produzir efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2024, foi adiada por um ano, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 139-E/2023, de 29 de dezembro, que altera os regimes jurídicos da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e de funcionamento dos centros de inspeção.

Face a esta realidade, urge equiparar os proprietários de motociclos na Região, equipados com um motor de combustão com uma cilindrada superior a 125 cm³, com os restantes



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

do território continental português, procedendo-se, em conformidade, à alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, na sua redação atual.

Para além disso, importa, ainda, aprovar regras relativas à validade das inspeções dos tratores agrícolas, bem como à realização de ações de sensibilização no âmbito da prevenção e segurança rodoviárias.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores e a Representação Parlamentar do PAN, apresentam o seguinte projeto de decreto legislativo regional:

Artigo 1.º

Objeto

O presente diploma procede à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 40/2006/A, de 31 de outubro, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques.

Artigo 2.º

Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio

Os anexos I e II do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, na sua redação atual, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

«ANEXO I

Veículos sujeitos a inspeção

(A que se refere o n.º 1 do artigo 6.º)

Veículos	Periodicidade
----------	---------------



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

1 – Motociclos equipados com um motor de combustão com uma cilindrada superior a 125 cm ³	Cinco anos após a data da primeira matrícula e, em seguida, de dois em dois anos.
2 - Tratores agrícolas e seus reboques, independentemente do seu peso bruto	Quatro anos após a data da primeira matrícula e, em seguida, anualmente.

ANEXO II

Pontos de controlo obrigatório aos veículos constantes do anexo I

(A que se refere o artigo 7.º)

Veículos do tipo 1 (motociclos):

Pontos a controlar	Razões da não aprovação
1 – Dispositivos de travagem: 1.1. – Estado mecânico e funcionamento: 1.1.1 – Cabos dos travões e comandos.....	Cabos/comandos danificados. Desgaste ou corrosão excessivos. Ligações dos cabos ou dos tirantes inseguras. Guias dos cabos defeituosas. Quaisquer entraves ao movimento livre do dispositivo de travagem. Curso longo na alavanca de comando. Folgas transversais na alavanca de comando. Relação de deslocação entre alavanca e atuação $\leq 6:1$.
1.1.2. – Comportamento funcional.....	Travagem não modulável/ocorrência de bloqueamento. Inexistência de variação gradual do esforço de travagem (trepidação). Recuperação insuficiente após atuação — qualquer roda. Pedal do travão (se existir) com folga lateral. Pedal do travão (se existir) com superfície anti escorregamento inexistente, mal fixa ou gasta. Travão de estacionamento (se existir) com mau desempenho, bloqueio insuficiente ou curso longo.
1.1.3 – Eficiência.....	Relação de travagem relacionada com a massa máxima autorizada (inferior a 50 %).



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

1.1.4 – Unidade de assistência à travagem.....	Motociclos de quatro rodas com ineficiência inferior a 50 %, medida em desacelerógrafo. No caso de o ensaio ser realizado em estrada (quatro rodas), o desvio do veículo em relação à linha reta é excessivo. Bomba central (se existir) com fugas ou má fixação. Servo-freio (se existir) com funcionamento deficiente.
1.1.5 – Cintas, discos e calços dos travões.....	Desgaste excessivo das cintas (quatro rodas). Tambores (se acessíveis, nas quatro rodas) com desgaste excessivo. Atacados por óleo, gorduras, etc. Riscos e fissuras nos discos.
2 – Direção:	
2.1 – Guiador/volante.....	Fixação defeituosa do guiador à coluna. Estado dos rolamentos da coluna e interferências no movimento completo do guiador. Estado das forquilhas. Folga radial e longitudinal nas forquilhas. Fixação defeituosa no sistema de direção (três/quatro rodas).
2.2. – Limitadores.....	Limitadores de direção — regulação deficiente, deformação ou ausência.
2.3. – Alinhamento.....	Desalinhamento das rodas da frente/retaguarda, com guiador perpendicular ao eixo do veículo.
3 – Visibilidade:	
3.1 – Campo de visibilidade.....	Reduzido por deterioração ou colocação incorreta de pára-ventos (se existir) (duas rodas). Reduzido por colocação de objetos estranhos no pára-brisas (se existir) (três/quatro rodas cabinadas). Reduzido por aplicação de autocolantes nos vidros da frente, lateral ou retaguarda (três/quatro rodas cabinadas). Reduzido por existência de palas de sol deterioradas ou ausência (três/quatro rodas cabinadas). Reduzido por existência de vidros com fissuras, riscos e manchas (três/quatro rodas cabinadas).
3.1.2. – Limpa vidros e lava-vidros.....	Limpa-vidros e lava-vidros inoperacionais.
3.1.3. – Retrovisores.....	Espelhos retrovisores - ausência, deterioração ou fixação/regulação deficiente.
4. – Luzes, refletores e equipamento elétrico:	



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

4.1. – Luzes de estrada (máximos) e luzes de cruzamento (médios):	
4.1.1. – Estado e funcionamento.....	Não funcionamento ou ausência de faróis. Óticas, vidros, lâmpadas com deficiência ou partidas. Montagem não regulamentar ou colocação deficiente.
4.1.2 – Alinhamento e eficácia.....	Cor de óticas ou vidros irregulares. Orientação assimétrica. Intensidade reduzida dos feixes luminosos.
4.1.3 – Interruptores.....	Mau estado ou fixação deficiente.
4.2. – Luzes de presença (facultativas se forem diretamente ligados os médios).	Estado deteriorado e funcionamento incorreto. Cor incorreta e eficiência visual insuficiente. Interruptores em mau estado ou mal fixos.
4.3 – Luzes de travagem, indicadores de mudança de direção, luzes de chapa de matrícula.	Estado deteriorado ou funcionamento incorreto. Cor incorreta ou eficiência visual insuficiente. Interruptores em mau estado ou mal fixos.
4.4. – Refletores e chapas retrorrefletoras:	
4.4.1 – Refletores laterais (duas rodas)	Ausência, mau estado, cor ou colocação irregular.
4.4.2 – Refletores da retaguarda (duas ou mais rodas)	Ausência, mau estado, cor ou colocação irregular.
4.4.3 – Chapas retrorrefletoras (tricarros)	Ausência, mau estado, cor ou colocação irregular.
4.5 – Ligações elétricas:	
4.5.1 – Estado e fixação	Cablagem com deficiências e ligações deficientes.
4.6 – Luzes do painel de instrumentos	Não funcionamento de iluminação do velocímetro. Luzes avisadoras — não funcionamento.
5 – Equipamento diverso:	
5.1 – Banco do condutor	Estado, deficiente fixação.
5.2 – Bateria	Fixação.
5.3 – Avisador sonoro	Funcionamento ou inexistência.
5.4 – Velocímetro	Inexistente.
6 – Efeitos nocivos:	
6.1 – Sistema de escape	Fugas, montagem deficiente.
6.2 – Emissão de gases de escape	Teor superior ao regulamentar.
6.3 – Ruído	Nível superior ao regulamentar.
6.4 – Derrames	Derrames de óleo ou fluidos poluentes.
7 – Eixos, rodas, suspensão e transmissão:	
7.1 – Eixos	Fissuras, deformações, soldaduras.
7.2 – Jantes	Deformações, fissuras ou soldaduras. Fixação deficiente ou corrosão excessiva.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

7.3 – Pneumáticos	Profundidade dos rastos não regulamentar. Cortes, fissuras.
7.4 – Molas e amortecedores da suspensão	Molas sem batentes, fixação deficiente. Amortecedores com fugas, fixação e montagem incorreta ou ausência.
7.5 – Transmissão	Apoios, fixação e fugas.
8 – Quadro e acessórios do quadro:	
8.1 – Estado geral.....	Deformações, corrosão e fissuras.
8.2 – Tubos de escape e silenciador.....	Deficiente fixação, fugas ou corrosão excessiva.
8.3 – Reservatório e canalizações de combustível.	Inexistência de tampão. Fio indicador de nível desligado. Canalizações deterioradas, má fixação ou deformações.
8.4 – Cabina (se existir):	
8.4.1 – Estado geral	Deformações, corrosão excessiva.
8.4.2 – Fixação	Deficiente fixação.
8.4.3 – Portas e fechos.....	Funcionamento deficiente.
9 – Identificação do veículo:	
9.1 – Chapa de matrícula	Deficiente ou inexistente.
9.2 – Número do quadro	Não legível, inexistente ou diferente do constante no livrete.

Veículos do tipo 2 (tratores agrícolas e seus reboques):

Pontos a controlar	Razões da não aprovação
1 – Dispositivos de travagem: 1.1. – Estado mecânico e funcionamento: 1.1.1 – Cabos dos travões e comandos.....	Cabos/comandos danificados. Desgaste ou corrosão excessivos. Ligações dos cabos ou dos tirantes inseguras. Quaisquer entraves ao movimento livre do dispositivo de travagem. Curso excessivo no pedal ou reserva insuficiente (trator). Folgas transversais no pedal do travão (trator).
1.1.2. – Comportamento funcional.....	Travagem não modulável/ocorrência de bloqueamento (trator). Inexistência de variação gradual do esforço de travagem – trepidação (trator). Recuperação insuficiente após atuação (trator). Pedal do travão com superfície anti escorregamento inexistente, mal fixa ou gasta (trator). Travão de estacionamento com mau desempenho, bloqueio insuficiente ou curso longo.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

1.1.3 – Eficiência.....	Relação de travagem relacionada com a massa máxima autorizada inferior a 50 % (trator ou desacelerógrafo). Translação excessiva do veículo em teste de estrada.
1.1.4 – Unidades de assistência à travagem.....	Bomba central (se existir) com fugas ou má fixação. Insuficiência de fluido ou falta de tampa do reservatório.
1.1.5 – Cintas, discos e calços dos travões.....	Desgaste excessivo das cintas. Tambores (se acessíveis) com desgaste excessivo. Atacados por óleo, gorduras, etc. Riscos e fissuras nos discos.
1.1.6. – Sistema de acoplamento de travões (trator/reboque)	Torneiras ou válvulas deficientes, estanquidade nos acoplamentos insuficiente e montagem deficiente.
2 – Direção:	
2.1 – Volante/coluna (trator)	Folga radial ou longitudinal. Estado dos rolamentos da coluna ou interferências no movimento completo do guiador. <i>Cardans</i> com folgas. Fixação deficiente do volante/coluna, deformações ou soldaduras. Fixação defeituosa do sistema de direção.
2.2. – Caixa de direção (trator)	Fixação deficiente. Fugas, folgas e estado dos guarda-pós.
2.3. – Limitadores de direção (trator).....	Regulação deficiente, deformação ou ausência.
2.4. – Barras de direção, tirantes, rótulas e articulações (trator)	Deformações, fissuras ou soldaduras. Ligações defeituosas e folgas.
2.5. – Direção assistida (trator) (quando existir)....	Fugas de fluido e tubagem não homologada.
3 – Visibilidade:	
3.1 – Campo de visibilidade.....	Reduzido por colocação de objetos estranhos no pára-brisas (tratores cabinados). Reduzido por aplicação de autocolantes nos vidros da frente e retaguarda (tratores cabinados). Reduzido por existência de palas de sol deterioradas ou ausência (tratores cabinados). Reduzido por existência de vidros com fissuras, riscos e manchas (tratores cabinados). Limpa-vidros e lava-vidros inoperacionais (tratores cabinados).
3.1.2. – Limpa-vidros e lava-vidros.....	Espelhos retrovisores — ausência, deterioração ou fixação/regulação deficiente.
3.1.3. – Retrovisores.....	



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

4. – Luzes, refletores e equipamento elétrico:	
4.1. – Luzes de estrada (máximos) e luzes de cruzamento (médios):	Não funcionamento ou ausência de faróis. Óticas, vidros, lâmpadas com deficiência ou partidas.
4.1.1. – Estado e funcionamento.....	Montagem não regulamentar ou colocação deficiente. Cor de óticas ou vidros irregulares. Orientação assimétrica. Intensidade reduzida dos feixes luminosos.
4.1.2. – Alinhamento e eficácia.....	Mau estado ou fixação deficiente. Estado deteriorado e funcionamento incorreto.
4.1.3. – Interruptores.....	Cor incorreta e eficiência visual insuficiente. Interruptores em mau estado ou mal fixos.
4.2 – Luzes de presença, delimitadoras, chapa de matrícula.....	Estado deteriorado e funcionamento incorreto.
4.3 – Luzes de travagem, indicadores de mudança de direção e luzes de chapa de matrícula.	Cor incorreta ou eficiência visual insuficiente. Interruptores em mau estado ou mal fixos. Estado, funcionamento de comutadores. Não funcionamento ou falta de intermitência.
4.4 – Luzes de perigo.....	Fixação, cor e eficácia não regulamentar.
4.5 – Luzes de nevoeiro à retaguarda (quando instaladas)	Cor não regulamentar, ausência ou não funcionamento.
4.6. – Luz rotativa.....	Ausência, mau estado ou colocação irregular.
4.7. – Refletores à retaguarda (não reboques)	Ausência, mau estado ou colocação irregular.
4.8 – Placas retrorrefletoras (reboques).....	Ausência, mau estado ou irregular. Estado, fixação deficiente.
4.9 – Triângulo de marcha lenta.....	Iluminação do velocímetro inexistente ou deficiente.
4.10. – Ligações elétricas.....	Ausência de luzes avisadoras ou ineficiência.
4.11. – Luzes do painel de instrumentos.....	Ausência, estado ou não homologação.
4.12. – Triângulo de pré-sinalização.....	Estado, deficiente fixação.
5. – Equipamento diverso:	Fixação.
5.1. – Banco do condutor.....	Funcionamento ou inexistência.
5.2. – Bateria.....	Inexistente.
5.3. – Avisador sonoro.....	
5.4. – Velocímetro.....	Fugas, montagem deficiente.
6. – Efeitos nocivos:	Teor superior ao regulamentar.
6.1. – Sistema de escape.....	Nível superior ao regulamentar.
6.2. – Emissão de gases de escape.....	Derrames de óleo ou fluidos poluentes.
6.3. – Ruído.....	
6.4. – Derrames.....	Fissuras, deformações e soldaduras.
7. – Eixos, rodas, suspensão e transmissão:	Deformações, fissuras ou soldaduras.
7.1. – Eixos.....	Fixação deficiente ou corrosão excessiva.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

7.2. – Jantes.....	Profundidade dos rastos não regulamentar. Cortes, fissuras.
7.3. Pneumáticos.....	Apoios, fixação e fugas.
7.5. – Transmissão.....	Deformações, corrosão e fissuras.
8. – Quadro e acessórios do quadro:	Deficiente fixação, fugas ou corrosão excessiva.
8.1. – Estado geral.....	Inexistência de tampão.
8.2. – Tubos de escape e silenciador.....	Canalizações deterioradas, má fixação ou deformações.
8.3. – Reservatório e canalizações de combustível.	Deformações, corrosão excessiva.
8.4. – Cabina (se existir):	Deficiente fixação.
8.4.1 – Estado geral.....	Funcionamento deficiente.
8.4.2 – Fixação.....	Deformação ou má fixação do dispositivo de engate.
8.4.3 – Portas e fechos.....	Inexistência do dispositivo de segurança de engate.
8.5 – Dispositivo de engate para reboque.....	Deficiente ou inexistente.
9. – Identificação do veículo:	Não legível, inexistente ou diferente do constante no livrete.
9.1. – Chapa de matrícula.....	
9.2 – Número do quadro.....	

Artigo 3.º

Aditamento ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio

São aditados os artigos 6º-B, 12.º-A e 12.º-B ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, na sua redação atual, com a seguinte redação:

«Artigo 6.º-B

Tratores agrícolas e seus reboques

A inspeção dos tratores agrícolas e seus reboques é válida por um ano após a data da inspeção periódica ou até à próxima deslocação do centro de inspeções ao concelho da morada fiscal do proprietário.

Artigo 12.º- A

Prevenção rodoviária

O departamento do Governo Regional com competência em matéria de transportes pode celebrar protocolos de cooperação com as associações, sem fins lucrativos, legalmente



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

constituídas e com sede ou núcleo nos Açores, que realizem ações de sensibilização para a prevenção e segurança rodoviárias na Região.

Artigo 12.º- B

Tarifa única de inspeção

1 - As tarifas de inspeção e reinspeção dos motociclos praticadas pelos Centros de Inspeção de Veículos, quer fixos quer móveis, são atualizadas, fixando-se um valor único a definir por portaria conjunta dos membros do Governo Regional competentes em matéria de finanças e de transportes.

2 - As tarifas fixadas no número anterior são igualmente aplicáveis às inspeções facultativas.»

Artigo 4.º

Norma Revogatória

São revogados:

- a) O artigo 9.º e a alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, na sua atual redação.
- b) O Decreto Legislativo Regional n.º 17/83/A, de 11 de maio.

Artigo 5.º

Republicação

É republicado em anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante, o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 40/2006/A, de 31 de outubro, na redação introduzida pelo presente decreto legislativo regional.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2025.

Horta, 16 de outubro de 2024




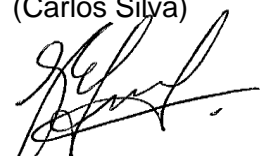
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

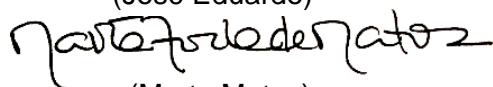
OS DEPUTADOS,


Grupo Parlamentar do PS/A,


(Andreia Cardoso)

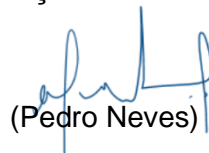

(Carlos Silva)


(José Eduardo)


(Marta Matos)


(Joana Pombo Tavares)

Representação Parlamentar do PAN,


(Pedro Neves)



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

ANEXO II

(a que se refere o artigo 5.º)

Republicação do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio

Artigo 1.º

Âmbito

Os Decretos-Leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques, aplicam-se na Região Autónoma dos Açores, com as adaptações constantes do presente diploma.

Artigo 2.º

Competências

1 - As competências conferidas pelos diplomas referidos no artigo anterior a órgãos e serviços da administração central são exercidas na Região Autónoma dos Açores pelos correspondentes órgãos e serviços do Governo Regional, nos termos seguintes:

- a) As competências conferidas ao Ministro da Administração Interna são exercidas pelo membro do Governo Regional competente em matéria de transportes terrestres;
- b) As competências conferidas ao Ministro da Economia são exercidas pelo membro do Governo Regional competente em matéria de comércio e de defesa do consumidor;
- c) As competências conferidas à Direcção-Geral de Viação são exercidas pela direcção regional competente em matéria de transportes terrestres;
- d) As competências conferidas ao diretor-geral de Viação e ao diretor de serviços de viação da área de localização do centro de inspeção são exercidas pelo diretor regional competente em matéria de transportes terrestres.

2 - Para efeito de candidatura à obtenção de autorização para o exercício da atividade de inspeção de veículos, o âmbito e a estrutura do estudo demonstrativo de viabilidade técnica e económica, assim como os indicadores de capacidade financeira, são definidos por portaria do membro do Governo Regional referido na alínea a) do número anterior.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

3 - As tarifas de valor fixo que incidem sobre inspeções e reinspeções dos veículos são estabelecidas por portaria conjunta dos membros do Governo Regional referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1.

4 - As normas de concurso público com vista à instalação de centros de inspeção por entidades previamente autorizadas constam de regulamento aprovado por portaria do membro do Governo Regional referido na alínea a) do n.º 1.

5 - As inspeções técnicas de veículos só podem ser efetuadas por inspetores devidamente licenciados pela direção regional competente em matéria de transportes terrestres ou por outro órgão que disponha de competência legal para tal, designadamente a Direcção-Geral de Viação.

6 - Os quadros relativos à classificação das deficiências encontradas nas observações e verificações dos pontos de controlo obrigatório dos veículos sujeitos a inspeção são fixados por portaria do membro do Governo Regional referido na alínea a) do n.º 1.

7 - Os termos e condições da apresentação dos documentos do veículo com vista à realização de inspeção para a atribuição de nova matrícula são fixados por portaria do membro do Governo Regional referido na alínea a) do n.º 1.

Artigo 3.º

Diretor técnico

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de dezembro, as funções de diretor técnico da entidade autorizada a exercer a atividade de inspeção de veículos também podem ser desempenhadas por inspetor, devidamente licenciado, que tenha realizado inspeções técnicas de veículos, pelo menos, durante três anos.

Artigo 4.º

Tipos de centros de inspeção

1 - Os centros de inspeção podem adotar uma das seguintes estruturas de funcionamento:

a) Centro fixo - estabelecimento constituído pelo conjunto de terreno, edifício, área de estacionamento, equipamentos, meios técnicos e direitos inerentes onde uma entidade autorizada exerce, de forma continuada, a atividade de inspeção de veículos;



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

b) Centro móvel - estabelecimento constituído pelo conjunto de equipamentos e meios técnicos necessários à realização de inspeção de veículos, ao qual estão adstritos os terrenos e áreas de estacionamento onde uma entidade autorizada exercerá, periodicamente, a atividade de inspeção de veículos.

2 - O disposto no número anterior não prejudica a classificação do centro de inspeção numa das categorias previstas no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de dezembro, de acordo com o tipo de inspeções que realiza.

3 - A definição dos requisitos a observar quanto a instalações, acessos e áreas de estacionamento, equipamentos, número de inspetores e outros aspetos técnicos, bem como os trâmites processuais conducentes à aprovação dos centros de inspeção são estabelecidos por portaria do membro do Governo Regional referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º

Artigo 5.º

Centros móveis

1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os centros móveis funcionarão apenas nas ilhas onde não existam centros fixos.

2 - As inspeções periódicas dos tratores agrícolas e seus reboques poderão ser efetuadas em centros móveis.

3 - Só será permitida a instalação de centros móveis às entidades autorizadas que disponham de um centro fixo, aprovado e em funcionamento, na Região Autónoma do Açores, considerando-se aqueles como uma extensão da atividade deste último.

4 - A instalação de centros móveis depende de autorização a conceder pela direção regional competente em matéria de transportes terrestres.

5 - Nas ilhas onde a inspeção técnica de veículos se efetue exclusivamente em centro móvel, este funcionará, pelo menos, durante dois períodos por ano, um em cada semestre.

6 - As datas de início e termo dos períodos de funcionamento dos centros móveis são fixadas por despacho do diretor regional competente em matéria de transportes terrestres, devendo ser divulgadas pela respetiva direção regional, bem como pelas restantes entidades autorizadas.

Artigo 6.º



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Veículos sujeitos a inspeção

Estão sujeitos a inspeção os veículos constantes do anexo I ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

Artigo 6.º-A

Periodicidade da inspeção dos veículos constantes do anexo I do Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de dezembro

A periodicidade da inspeção dos automóveis pesados de passageiros, automóveis pesados de mercadorias, reboques e semi-reboques com peso bruto superior a 3500 kg, com exceção dos reboques agrícolas, automóveis ligeiros licenciados para transporte público de passageiros e ambulâncias, automóveis ligeiros de mercadorias, automóveis ligeiros de passageiros, automóveis utilizados no transporte escolar e automóveis ligeiros licenciados para a instrução, e restantes automóveis ligeiros, referidos no anexo I do Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de dezembro, é a seguinte:

- a) Automóveis pesados de passageiros, um ano após a data da primeira matrícula e em seguida anualmente;
- b) Automóveis pesados de mercadorias, um ano após a data da primeira matrícula e em seguida anualmente;
- c) Reboques e semi-reboques com peso bruto superior a 3500 kg, com exceção dos reboques agrícolas, um ano após a data da primeira matrícula e em seguida anualmente;
- d) Automóveis ligeiros licenciados para transporte público de passageiros e ambulâncias, um ano após a data da primeira matrícula e em seguida anualmente;
- e) Automóveis ligeiros de mercadorias, quatro anos após a data da primeira matrícula e em seguida de dois em dois anos;
- f) Automóveis ligeiros de passageiros, quatro anos após a data da primeira matrícula e em seguida de dois em dois anos;
- g) Automóveis utilizados no transporte escolar e automóveis ligeiros licenciados para a instrução, um ano após a data da primeira matrícula e em seguida anualmente;
- h) Restantes automóveis ligeiros, quatro anos após a data da primeira matrícula e em seguida de dois em dois anos.

Artigo 6.º-B



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Tratores agrícolas e seus reboques

A inspeção dos tratores agrícolas e seus reboques é válida por um ano após a data da inspeção periódica ou até à próxima deslocação do centro de inspeções ao concelho da morada fiscal do proprietário.

Artigo 7.º

Procedimentos de inspeção

Nas inspeções periódicas dos veículos constantes do anexo I, as observações e verificações referidas no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de dezembro, incidirão nos pontos indicados no anexo II ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

Artigo 8.º

Periodicidade das inspeções realizadas exclusivamente em centros móveis

Nas ilhas onde as inspeções periódicas se efetuam exclusivamente em centro móvel, os veículos que não possam apresentar-se à primeira inspeção anual e às subsequentes durante o mês correspondente ao da matrícula inicial, de acordo com a periodicidade prevista no presente diploma e no Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de Dezembro, em virtude de aquele mês não coincidir com o período de funcionamento do centro móvel respetivo, poderão circular sem restrições até ao período de inspeções imediatamente subsequente, ao qual deverão apresentar-se.

Artigo 9.º

Prova da realização da inspeção

[*Revogado*].

Artigo 10.º

Seguro de responsabilidade civil automóvel

Para além das deficiências graduadas no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de dezembro, como sendo do tipo 2, constitui deficiência desse tipo a não comprovação no ato de inspeção da existência de contrato em vigor de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Artigo 11.º

Documentos a apresentar

Para além dos documentos enunciados no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de dezembro, como sendo de apresentação obrigatória no ato de inspeção, deve o apresentante exibir título de licenciamento a que o veículo está obrigado decorrente da sua afetação a determinada atividade económica, nos termos da respetiva legislação em vigor, sem o qual a inspeção não pode ser efetuada.

Artigo 12.º

Veículo inspecionado em centro móvel

1 - Nas ilhas onde a inspeção técnica de veículos se efetue exclusivamente em centro móvel, aos veículos reprovados que não possam regressar para confirmar a correção das deficiências anotadas na ficha de inspeção por ter decorrido o período de funcionamento a que aquele se encontrava adstrito e aos que por se encontrarem retidos para reparação ou para revenda é permitido circular sem restrições até ao período de inspeções subsequente, desde que se façam acompanhar de uma declaração de reparação de tais deficiências e da correspondente fatura, no primeiro caso, ou de declaração de retenção para reparação ou revenda, no segundo caso, emitidas por entidade autorizada a exercer a atividade de reparação de veículos terrestres a motor, ou por entidade autorizada para a venda de veículos.

2 - O disposto no número anterior não se aplica aos veículos que tenham sido reprovados por apresentarem a deficiência do tipo 2 referida no artigo 10.º do presente diploma, os quais não poderão circular na via pública enquanto aquela não for corrigida.

3 - Na impossibilidade de os veículos regressarem ao centro móvel pelos motivos referidos no n.º 1, a confirmação da correção da deficiência a que alude o número anterior poderá ser feita junto dos serviços do departamento do Governo Regional com atribuições em matéria de transportes terrestres, com sede na ilha onde decorreu a inspeção.

4 - Confirmada a correção da deficiência pelos serviços referidos no número anterior, estes anotá-la-ão na ficha de inspeção do veículo, devendo tal facto ser comunicado ao centro de inspeção respetivo.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

5 - Se nos três dias úteis seguintes à data de reabertura do centro móvel o veículo não for apresentado a reinspeção ou, sendo-o, se se mantiverem algumas das deficiências detetadas no âmbito de verificação anterior, será o mesmo reprovado, devendo tal facto ser comunicado à direção regional competente em matéria de transportes terrestres para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 167.º do Código da Estrada.

Artigo 12.º- A

Prevenção rodoviária

O departamento do Governo Regional com competência em matéria de transportes pode celebrar protocolos de cooperação com as associações, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e com sede ou núcleo nos Açores, que realizem ações de sensibilização para a prevenção e segurança rodoviárias na Região.

Artigo 12.º- B

Tarifa única de inspeção

- 1 - As tarifas de inspeção e reinspeção dos motociclos praticadas pelos Centros de Inspeção de Veículos, quer fixos quer móveis, são atualizadas, fixando-se um valor único a definir por portaria conjunta dos membros do Governo Regional competentes em matéria de finanças e de transportes.
- 2 - As tarifas fixadas no número anterior são igualmente aplicáveis às inspeções facultativas.

Artigo 13.º

Produtos das coimas

1 - O produto resultante da cobrança de coimas aplicadas no seguimento de processos de contraordenação, instaurados na Região Autónoma dos Açores ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, e do presente diploma, reverterá:

- a) 40% para os cofres da Região;
- b) 24% para o Fundo Regional dos Transportes;
- c) 36% para a entidade fiscalizadora.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, compete ao Fundo Regional dos Transportes a cobrança integral do produto das coimas que forem aplicadas, transferindo em seguida para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores e para as contas das entidades fiscalizadoras as importâncias respetivas.

3 - Se a entidade fiscalizadora for um órgão ou serviço da administração regional, a percentagem do produto das coimas referida na alínea c) do n.º 1 reverte para o Fundo Regional dos Transportes.

4 - A importância prevista no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de dezembro, na Região Autónoma dos Açores, é paga, mensalmente, ao Fundo Regional dos Transportes pelas entidades autorizadas.

5 - O Fundo Regional dos Transportes, no sentido de promover a prevenção rodoviária na Região Autónoma dos Açores, pode estabelecer protocolos com entidades públicas ou privadas que exerçam a sua atividade naquela área, podendo para tal afetar até metade da importância prevista no número anterior.

Artigo 14.º

Contraordenações e coimas

1 - Sem prejuízo das contraordenações, coimas e sanções acessórias estabelecidas nos Decretos-Leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, as infrações ao disposto no presente diploma constituem contraordenações sancionadas com as seguintes coimas:

a) [*Revogada*];

b) De € 60 a € 300, a circulação do veículo sem se fazer acompanhar dos documentos a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º, salvo se os mesmos forem apresentados no prazo de oito dias à autoridade indicada pelo agente de fiscalização, caso em que a infração é sancionada com coima de € 30 a € 150;

c) De € 250 a € 1250, a circulação do veículo sem a reparação das deficiências a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º;

d) De € 1000 a € 5000, a infração ao disposto nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 5.º e no n.º 4 do artigo 13.º

2 - Pelas contraordenações previstas nas alíneas a) e b) do número anterior é responsável o condutor do veículo.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

3 - Pela contraordenação prevista na alínea c) do n.º 1 é responsável quem for proprietário, adquirente com reserva de propriedade, usufrutuário, locatário em regime de locação financeira, locatário por prazo superior a um ano ou quem, em virtude de facto sujeito a registo, tiver a posse do veículo.

4 - Pela contraordenação prevista na alínea d) do n.º 1 é responsável a entidade autorizada.

5 - Nas contraordenações previstas no presente diploma a negligência é sempre punida.

6 - O processamento das contraordenações por infração ao disposto no presente diploma e nos diplomas por este adaptados compete à direção regional competente em matéria de transportes terrestres, sendo as correspondentes sanções aplicadas pelo respetivo diretor regional.

Artigo 15.º

Normas transitórias

1 - As entidades autorizadas na Região Autónoma dos Açores para o exercício da atividade de inspeção de veículos e que exercem a atividade devem, no prazo máximo de um ano a contar da data da entrada em vigor do presente diploma, comprovar, na direção regional competente em matéria de transportes terrestres, que reúnem as condições previstas nos artigos 5.º, 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de dezembro, de acordo com as adaptações ora introduzidas, sob pena de revogação da autorização concedida.

2 - Os centros de inspeção em funcionamento à data de entrada em vigor do presente diploma devem, no prazo máximo de seis meses a contar dessa data, estar nas condições previstas no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de dezembro.

3 - Sem prejuízo do prazo previsto no número anterior, a direção regional competente em matéria de transportes terrestres deve notificar os centros de inspeção em funcionamento da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 16.º

Disposição final

Na fixação das tarifas a que se refere o artigo 2.º, o Governo terá em consideração o estado das rodovias suscetível de provocar um desgaste excepcional nos veículos que nelas circulam.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

ANEXO I

Veículos sujeitos a inspeção

(conforme o n.º 1 do artigo 6.º)

Veículos	Periodicidade
1 – Motociclos equipados com um motor de combustão com uma cilindrada superior a 125 cm ³	Cinco anos após a data da primeira matrícula e, em seguida, de dois em dois anos.
2 - Tratores agrícolas e seus reboques, independentemente do seu peso bruto	Quatro anos após a data da primeira matrícula e, em seguida, anualmente.

ANEXO II

Pontos de controlo obrigatório aos veículos constantes do anexo I

(conforme o artigo 7.º)

Veículos do tipo 1 (motociclos):

Pontos a controlar	Razões da não aprovação
1 – Dispositivos de travagem: 1.1. – Estado mecânico e funcionamento: 1.1.1 – Cabos dos travões e comandos.....	Cabos/comandos danificados. Desgaste ou corrosão excessivos. Ligações dos cabos ou dos tirantes inseguras. Guias dos cabos defeituosas. Quaisquer entraves ao movimento livre do dispositivo de travagem. Curso longo na alavanca de comando. Folgas transversais na alavanca de comando. Relação de deslocação entre alavanca e atuação $\leq 6:1$.
1.1.2. – Comportamento funcional.....	Travagem não modulável/ocorrência de bloqueamento. Inexistência de variação gradual do esforço de travagem (trepidação).



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

1.1.3 – Eficiência.....	Recuperação insuficiente após atuação — qualquer roda. Pedal do travão (se existir) com folga lateral. Pedal do travão (se existir) com superfície anti escorregamento inexistente, mal fixa ou gasta. Travão de estacionamento (se existir) com mau desempenho, bloqueio insuficiente ou curso longo. Relação de travagem relacionada com a massa máxima autorizada (inferior a 50 %). Motociclos de quatro rodas com ineficiência inferior a 50 %, medida em desacelerógrafo. No caso de o ensaio ser realizado em estrada (quatro rodas), o desvio do veículo em relação à linha reta é excessivo.
1.1.4 – Unidade de assistência à travagem.....	Bomba central (se existir) com fugas ou má fixação. Servo-freio (se existir) com funcionamento deficiente.
1.1.5 – Cintas, discos e calços dos travões.....	Desgaste excessivo das cintas (quatro rodas). Tambores (se acessíveis, nas quatro rodas) com desgaste excessivo. Atacados por óleo, gorduras, etc. Riscos e fissuras nos discos.
2 – Direção:	
2.1 – Guiador/volante.....	Fixação defeituosa do guiador à coluna. Estado dos rolamentos da coluna e interferências no movimento completo do guiador. Estado das forquilhas. Folga radial e longitudinal nas forquilhas. Fixação defeituosa no sistema de direção (três/quatro rodas).
2.2. – Limitadores.....	Limitadores de direção — regulação deficiente, deformação ou ausência.
2.3. – Alinhamento.....	Desalinhamento das rodas da frente/retaguarda, com guiador perpendicular ao eixo do veículo.
3 – Visibilidade:	
3.1 – Campo de visibilidade.....	Reduzido por deterioração ou colocação incorreta de pára-ventos (se existir) (duas rodas). Reduzido por colocação de objetos estranhos no pára-brisas (se existir) (três/quatro rodas cabinadas). Reduzido por aplicação de autocolantes nos vidros da frente, lateral ou retaguarda (três/quatro rodas cabinadas).



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

3.1.2. – Limpa vidros e lava-vidros.....	Reduzido por existência de palas de sol deterioradas ou ausência (três/quatro rodas cabinadas).
3.1.3. – Retrovisores.....	Reduzido por existência de vidros com fissuras, riscos e manchas (três/quatro rodas cabinadas). Limpa-vidros e lava-vidros inoperacionais.
4. – Luzes, refletores e equipamento elétrico:	Espelhos retrovisores - ausência, deterioração ou fixação/regulação deficiente.
4.1. – Luzes de estrada (máximos) e luzes de cruzamento (médios):	
4.1.1. – Estado e funcionamento.....	Não funcionamento ou ausência de faróis. Óticas, vidros, lâmpadas com deficiência ou partidas. Montagem não regulamentar ou colocação deficiente.
4.1.2 – Alinhamento e eficácia.....	Cor de óticas ou vidros irregulares. Orientação assimétrica.
4.1.3 – Interruptores.....	Intensidade reduzida dos feixes luminosos. Mau estado ou fixação deficiente.
4.2. – Luzes de presença (facultativas se forem diretamente ligados os médios).	Estado deteriorado e funcionamento incorreto. Cor incorreta e eficiência visual insuficiente.
4.3 – Luzes de travagem, indicadores de mudança de direção, luzes de chapa de matrícula.	Interruptores em mau estado ou mal fixos. Estado deteriorado ou funcionamento incorreto.
4.4. – Refletores e chapas retrorrefletoras:	Cor incorreta ou eficiência visual insuficiente. Interruptores em mau estado ou mal fixos.
4.4.1 – Refletores laterais (duas rodas)	Estado deteriorado ou funcionamento incorreto. Cor incorreta ou eficiência visual insuficiente. Interruptores em mau estado ou mal fixos.
4.4.2 – Refletores da retaguarda (duas ou mais rodas)	Ausência, mau estado, cor ou colocação irregular.
4.4.3 – Chapas retrorrefletoras (tricarros)	Ausência, mau estado, cor ou colocação irregular.
4.5 – Ligações elétricas:	Ausência, mau estado, cor ou colocação irregular.
4.5.1 – Estado e fixação	Cablagem com deficiências e ligações deficientes.
4.6 – Luzes do painel de instrumentos	Não funcionamento de iluminação do velocímetro. Luzes avisadoras — não funcionamento.
5 – Equipamento diverso:	
5.1 – Banco do condutor	Estado, deficiente fixação.
5.2 – Bateria	Fixação.
5.3 – Avisador sonoro	Funcionamento ou inexistência.
5.4 – Velocímetro	Inexistente.
6 – Efeitos nocivos:	
6.1 – Sistema de escape	Fugas, montagem deficiente.
6.2 – Emissão de gases de escape	Teor superior ao regulamentar.
6.3 – Ruído	Nível superior ao regulamentar.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

6.4 – Derrames	Derrames de óleo ou fluidos poluentes.
7 – Eixos, rodas, suspensão e transmissão:	
7.1 – Eixos	Fissuras, deformações, soldaduras.
7.2 – Jantes	Deformações, fissuras ou soldaduras. Fixação deficiente ou corrosão excessiva.
7.3 – Pneumáticos	Profundidade dos rastros não regulamentar. Cortes, fissuras.
7.4 – Molas e amortecedores da suspensão	Molas sem batentes, fixação deficiente. Amortecedores com fugas, fixação e montagem incorreta ou ausência. Apoios, fixação e fugas.
7.5 – Transmissão	
8 – Quadro e acessórios do quadro:	
8.1 – Estado geral	Deformações, corrosão e fissuras.
8.2 – Tubos de escape e silenciador	Deficiente fixação, fugas ou corrosão excessiva.
8.3 – Reservatório e canalizações de combustível.	Inexistência de tampão. Fio indicador de nível desligado. Canalizações deterioradas, má fixação ou deformações.
8.4 – Cabina (se existir):	
8.4.1 – Estado geral	Deformações, corrosão excessiva.
8.4.2 – Fixação	Deficiente fixação.
8.4.3 – Portas e fechos	Funcionamento deficiente.
9 – Identificação do veículo:	
9.1 – Chapa de matrícula	Deficiente ou inexistente.
9.2 – Número do quadro	Não legível, inexistente ou diferente do constante no livrete.

Veículos do tipo 2 (tratores agrícolas e seus reboques):

Pontos a controlar	Razões da não aprovação
1 – Dispositivos de travagem: 1.1. – Estado mecânico e funcionamento: 1.1.1 – Cabos dos travões e comandos	Cabos/comandos danificados. Desgaste ou corrosão excessivos. Ligações dos cabos ou dos tirantes inseguras. Quaisquer entraves ao movimento livre do dispositivo de travagem. Curso excessivo no pedal ou reserva insuficiente (trator). Folgas transversais no pedal do travão (trator).
1.1.2. – Comportamento funcional	Travagem não modulável/ocorrência de bloqueamento (trator). Inexistência de variação gradual do esforço de travagem – trepidação (trator). Recuperação insuficiente após atuação (trator).



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

1.1.3 – Eficiência.....	Pedal do travão com superfície anti escorregamento inexistente, mal fixa ou gasta (trator). Travão de estacionamento com mau desempenho, bloqueio insuficiente ou curso longo. Relação de travagem relacionada com a massa máxima autorizada inferior a 50 % (trator ou desacelerógrafo). Translação excessiva do veículo em teste de estrada.
1.1.4 – Unidades de assistência à travagem.....	Bomba central (se existir) com fugas ou má fixação. Insuficiência de fluido ou falta de tampa do reservatório.
1.1.5 – Cintas, discos e calços dos travões.....	Desgaste excessivo das cintas. Tambores (se acessíveis) com desgaste excessivo. Atacados por óleo, gorduras, etc.
1.1.6. – Sistema de acoplamento de travões (trator/reboque)	Riscos e fissuras nos discos. Torneiras ou válvulas deficientes, estanquidade nos acoplamentos insuficiente e montagem deficiente.
2 – Direção:	
2.1 – Volante/coluna (trator)	Folga radial ou longitudinal. Estado dos rolamentos da coluna ou interferências no movimento completo do guiador. <i>Cardans</i> com folgas. Fixação deficiente do volante/coluna, deformações ou soldaduras.
2.2. – Caixa de direção (trator)	Fixação defeituosa do sistema de direção. Fixação deficiente.
2.3. – Limitadores de direção (trator).....	Fugas, folgas e estado dos guarda-pós. Regulação deficiente, deformação ou ausência.
2.4. – Barras de direção, tirantes, rótulas e articulações (trator)	Deformações, fissuras ou soldaduras.
2.5. – Direção assistida (trator) (quando existir)....	Ligações defeituosas e folgas.
3 – Visibilidade:	Fugas de fluido e tubagem não homologada.
3.1 – Campo de visibilidade.....	Reduzido por colocação de objetos estranhos no pára-brisas (tratores cabinados). Reduzido por aplicação de autocolantes nos vidros da frente e retaguarda (tratores cabinados). Reduzido por existência de palas de sol deterioradas ou ausência (tratores cabinados).



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

3.1.2. – Limpa-vidros e lava-vidros.....	Reduzido por existência de vidros com fissuras, riscos e manchas (tratores cabinados).
3.1.3. – Retrovisores.....	Limpa-vidros e lava-vidros inoperacionais (tratores cabinados).
4. – Luzes, refletores e equipamento elétrico:	Espelhos retrovisores — ausência, deterioração ou fixação/regulação deficiente.
4.1. – Luzes de estrada (máximos) e luzes de cruzamento (médios):	
4.1.1. – Estado e funcionamento.....	
	Não funcionamento ou ausência de faróis. Óticas, vidros, lâmpadas com deficiência ou partidas.
4.1.2. – Alinhamento e eficácia.....	Montagem não regulamentar ou colocação deficiente.
4.1.3. – Interruptores.....	Cor de óticas ou vidros irregulares.
4.2 – Luzes de presença, delimitadoras, chapa de matrícula.....	Orientação assimétrica. Intensidade reduzida dos feixes luminosos. Mau estado ou fixação deficiente. Estado deteriorado e funcionamento incorreto.
4.3 – Luzes de travagem, indicadores de mudança de direção e luzes de chapa de matrícula.	Cor incorreta e eficiência visual insuficiente. Interruptores em mau estado ou mal fixos. Estado deteriorado e funcionamento incorreto.
4.4 – Luzes de perigo.....	Cor incorreta ou eficiência visual insuficiente.
4.5 – Luzes de nevoeiro à retaguarda (quando instaladas)	Interruptores em mau estado ou mal fixos. Estado, funcionamento de comutadores.
4.6. – Luz rotativa.....	Não funcionamento ou falta de intermitência.
4.7. – Refletores à retaguarda (não reboques)	Fixação, cor e eficácia não regulamentar. Cor não regulamentar, ausência ou não funcionamento.
4.8 – Placas retrorrefletoras (reboques).....	Ausência, mau estado ou colocação irregular.
4.9 – Triângulo de marcha lenta.....	Ausência, mau estado ou colocação irregular.
4.10. – Ligações elétricas.....	Ausência, mau estado ou colocação irregular.
4.11. – Luzes do painel de instrumentos.....	Ausência, mau estado ou irregular. Estado, fixação deficiente. Iluminação do velocímetro inexistente ou deficiente.
4.12. – Triângulo de pré-sinalização.....	
5. – Equipamento diverso:	Ausência de luzes avisadoras ou ineficiência.
5.1. – Banco do condutor.....	
5.2. – Bateria.....	Ausência, estado ou não homologação.
5.3. – Avisador sonoro.....	
5.4. – Velocímetro.....	Estado, deficiente fixação.
6. – Efeitos nocivos:	Fixação.
6.1. – Sistema de escape.....	Funcionamento ou inexistência.
6.2. – Emissão de gases de escape.....	Inexistente.
6.3. – Ruído.....	



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

6.4. – Derrames.....	Fugas, montagem deficiente.
7. – Eixos, rodas, suspensão e transmissão:	Teor superior ao regulamentar.
7.1. – Eixos.....	Nível superior ao regulamentar.
7.2. – Jantes.....	Derrames de óleo ou fluidos poluentes.
7.3. Pneumáticos.....	Fissuras, deformações e soldaduras. Deformações, fissuras ou soldaduras.
7.5. – Transmissão.....	Fixação deficiente ou corrosão excessiva.
8. – Quadro e acessórios do quadro:	Profundidade dos rastos não regulamentar.
8.1. – Estado geral.....	Cortes, fissuras.
8.2. – Tubos de escape e silenciador.....	Apoios, fixação e fugas.
8.3. – Reservatório e canalizações de combustível.	Deformações, corrosão e fissuras. Deficiente fixação, fugas ou corrosão excessiva.
8.4. – Cabina (se existir):	Inexistência de tampão.
8.4.1 – Estado geral.....	Canalizações deterioradas, má fixação ou deformações.
8.4.2 – Fixação.....	
8.4.3 – Portas e fechos.....	
8.5 – Dispositivo de engate para reboque.....	Deformações, corrosão excessiva. Deficiente fixação. Funcionamento deficiente. Deformação ou má fixação do dispositivo de engate.
9. – Identificação do veículo:	
9.1. – Chapa de matrícula.....	Inexistência do dispositivo de segurança de engate.
9.2 – Número do quadro.....	
	Deficiente ou inexistente. Não legível, inexistente ou diferente do constante no livrete.
